

## RESPONSABILIDADE CIVIL DO CIRURGIÃO-DENTISTA FRENTE AOS DANOS CAUSADOS EM PROCEDIMENTOS ESTÉTICOS DE HARMONIZAÇÃO OROFACIAL

Leonardo Alexandre Fernandes<sup>1</sup>  
Jéssica Jane de Souza<sup>2</sup>  
Gladis Guiomar Zago<sup>3</sup>

**Resumo:** 1) Objetivo: o estudo teve como objetivo avaliar o nível de conhecimento do Cirurgião-Dentista que possui registro de especialidade em Harmonização Orofacial junto ao Conselho Regional de Odontologia do Paraná (CROPR), a cerca da responsabilidade civil, frente aos danos causados em procedimentos estéticos. 2) Metodologia: trata-se de um estudo quantitativo, realizado através da aplicação de um questionário estruturado, contendo 4 perguntas fechadas e uma aberta. Dos 53 Cirurgiões-Dentistas especialista em Harmonização Orofacial com registro da

---

<sup>1</sup> Doutor em Odontologia (Endodontia) pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Mestre em Odontologia (Reabilitação Oral) pela Universidade Veiga de Almeida (UVA). Mestrando em Bioética pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Especialista em Odontologia Legal pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Especialista em Endodontia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Especialista em Direito Aplicado aos Serviços de Saúde pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). Especialista em Saúde Coletiva pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Possui graduação em Enfermagem pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), graduação em Odontologia pela Universidade Iguazu (UNIG) e graduação em andamento em Direito pela Faculdade de Educação Superior do Paraná (FESPPR). Tem experiência na área de Odontologia, atuando principalmente nos seguintes temas: endodontia, odontologia legal, perícia, bioética e biodireito. leonardofernandes@outlook.com

<sup>2</sup> Mestre em Direito na área de Poder, Estado e Jurisdição pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER) com bolsa integral concedida pelo Programa de Pós-Graduação (PPGD), sob a orientação do Professor Doutor Daniel Ferreira. Pós-graduanda em Direito Constitucional pela Academia Brasileira de Direito Constitucional (ABDCONST). Pós-graduada em Direito das Famílias e Sucessões pela Academia Brasileira de Direito Constitucional (ABDCONST). Bacharel em Direito pela Faculdade de Educação Superior do Paraná (FESP/PR). Licenciada em Letras/Português pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR). Advogada. E-mail: jessicasouza.ctba@gmail.com

<sup>3</sup> Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Pós-graduada em Direito Material e Processual Civil e Bacharel em Direito pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC). Advogada. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Civil, atuando principalmente nos seguintes temas: paternidade socioafetiva, direitos fundamentais, direito das sucessões, direito sistêmico. E-mail: gladiszago@gmail.com.

especialidade no CROPR, 38 participaram deste estudo. 3) Resultados: os resultados demonstram que do total da amostra, 25 (65,8%) Cirurgiões-Dentistas não possuem conhecimento das leis que regem a responsabilidade civil, 23 (60,5%) não realizam contrato de prestações de serviço dos procedimentos de harmonização orofacial de forma escrita. 14 (42,1%) já foram alvos de processos judiciais, 20 (52,6%) já realizaram acordos extrajudiciais. Dos procedimentos estéticos realizados a rinomodelação (89,4%) é o que mais causa intercorrência. 4) Conclusão: pode-se concluir, portanto, que os Cirurgiões-Dentistas especialistas em harmonização orofacial com registro de especialidade no CROPR não possuem conhecimento das leis que regem a responsabilidade civil, que na maioria das vezes não realizam contrato de prestação de serviços profissionais, que a maior parte dos profissionais já realizaram acordo extrajudicial devido a problemas com procedimentos estéticos, sendo a rinomodelação o procedimento que mais causa intercorrências.

**Palavras-chave:** Responsabilidade Civil; Odontologia Legal; Harmonização Orofacial.

**Abstract:** 1) Object: therefore, this study aimed to assess the level of knowledge of the Dental Surgeon who has a specialty record in Orofacial Harmonization with the Regional Council of Dentistry of Paraná (CROPR), about civil liability, in view of the damage caused in aesthetic procedures. 2) Methodology: it is a quantitative study, carried out through the application of a structured questionnaire, containing 4 closed and one open question. Of the 53 Dental Surgeons specializing in Orofacial Harmonization with a specialty record at CROPR, 38 participated in this study. 3) Results: the results show that of the total sample, 25 (65.8%) Dental Surgeons have no knowledge of the laws governing civil liability, 23 (60.5%) do not carry out a service contract for the orofacial harmonization procedures of written form. 14 (42.1%) have already been the target of legal proceedings, 20 (52.6%) have already made extrajudicial agreements. Of the aesthetic procedures performed, rhinomodeling (89.4%) is the one that causes the most complications. 4) Conclusion: It can be concluded, therefore, that Dental Surgeons specialized in orofacial harmonization with a specialty record in CROPR do not have knowledge of the laws governing civil liability, which in most cases do not carry out a professional service contract, which most part of the professionals has already made an extrajudicial agreement due to problems with aesthetic procedures, with rhinomodeling being the procedure that causes the most complications.

**Keywords:** Civil Liability; Legal Dentistry; Orofacial Harmonization.

## 1. Introdução

No cenário atual do mundo globalizado a autoimagem exibida via redes sociais ganhou enorme relevância. Nota-se que a sociedade contemporânea desenvolveu um crescente “culto ao belo”, com o objetivo de melhorar a autoestima e confiança. Desta forma, a busca pelos procedimentos estéticos acentua-se a cada dia. Esses padrões de

beleza impostos pela sociedade contemporânea, passaram a moldar principalmente a face. Neste contexto, é evidente na odontologia a crescente busca por procedimentos de harmonização orofacial, e por consequência percebe-se um considerável aumento de demandas judiciais, a fim de reparar possíveis danos oriundos desta relação profissional-paciente (RODRIGUES et al., 2021).

De acordo com Garbin et al. (2019), questões quanto a insatisfação à autoimagem, podem comprometer a autoestima e influenciar sentimentos de não aceitação de um indivíduo, o que pode prejudicar a percepção de melhora no final do tratamento odontológico, sendo este considerado como um dos fatores geradores de conflitos, além de casos de imperícia, negligência e imprudência.

Para alcançar os objetivos da especialidade odontológica de Harmonização Orofacial, é lançado mão de diversos materiais e técnicas, tais como: o uso de preenchedores faciais, toxina botulínica, fios de sustentação, entre outros. A análise facial baseada em padrões de normalidade do biótipo brasileiro, o uso correto de técnicas e bem como entender a expectativa do paciente e verificar se é possível alcançá-las, devem fazer parte da boa prática profissional a fim de minimizar os riscos de procedimentos malsucedidos (CAVALCANTI et al., 2017).

A área de harmonização orofacial como atuação do Cirurgião-Dentista foi regulamentada pela resolução do Conselho Federal de Odontologia, número 198 de 2019, vejamos o que resolve os arts. 1º e 2º:

Art. 1º. Reconhecer a Harmonização Orofacial como especialidade odontológica. Art. 2º. Definir a Harmonização Orofacial como sendo um conjunto de procedimentos realizados pelo Cirurgião-Dentista em sua área de atuação, responsáveis pelo equilíbrio estético e funcional da face.

A partir dessa regulação, diversos procedimentos foram reconhecidos como parte da competência do Cirurgião-Dentista para proporcionar tanto estética quanto equilíbrio funcional da face (PAPAZIAN et al., 2018; GARBIN et al., 2019).

A habilitação do profissional para realizar procedimentos pertencentes à área de odontologia pode ser proveniente de cursos regulares ou de pós-graduação como descrito na Lei 5.081, Art. 6º, inciso I. De acordo o Conselho Regional de Odontologia do Paraná, há 53 Cirurgiões-Dentistas registrados como especialistas em Harmonização Orofacial. Porém, deve-se considerar que há mais profissionais que atuam nesta área, pois foram habilitados para realização destes procedimentos estéticos através de cursos de capacitação profissional.

Mesmo com a legislação disponível para regulamentar o exercício desta área, esclarecendo os limites de atuação do Cirurgião-Dentista, existem profissionais que extrapolam tais limites e fazem procedimentos que estão em desacordo com a lei, o que pode causar sérios danos a saúde dos pacientes e conseqüentemente pedidos de reparação de danos via processos judiciais (PEDRIN, 2015).

Os Códigos Civil e Penal vigentes destacam o exercício da boa-fé do profissional, devendo este agir dentro de suas limitações, esclarecendo que aquele que causa danos deve repará-los, vejamos:

Código Civil de 2002:

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

Código Penal de 1940:

Art. 282. Exercer, ainda que a título gratuito, a profissão de médico, dentista ou farmacêutico, sem autorização legal ou excedendo-lhe os limites: Pena - detenção, de seis meses a dois anos. Parágrafo único: Se o crime é praticado com o fim de lucro, aplica-se também multa.

Com base nos fatos aqui expostos, torna-se importante deve-se salientar a importância do conhecimento da legislação por parte do Cirurgião-Dentista, afim de evitar transtornos que possam acontecer durante o tratamento do paciente. Adicionalmente, ao discutir possibilidades e limitações e criar protocolos com base nos limites de atuação aparados por lei, tanto o Cirurgião-Dentista, quanto o paciente estariam mais bem assegurados quanto à utilização de técnicas e materiais nos procedimentos de harmonização orofacial.

Portanto, o objetivo deste estudo foi avaliar o nível de conhecimento do profissional Cirurgião-Dentista que possui registro de especialidade em Harmonização Orofacial junto ao Conselho Regional de odontologia do Paraná, a cerca da responsabilidade civil, frente aos danos causados em procedimentos estéticos.

## 2. Material e método

Trata-se de uma pesquisa quantitativa, que de acordo com Diehl (2004), permite a realização de estatísticas descritivas, desmistificando as representações complexas, evidenciando a análise de possíveis correlações entre variáveis de interesse.

A população estudada foram Cirurgiões-Dentistas que possuem registro de especialidade em Harmonização Orofacial junto ao Conselho Regional de Odontologia do Paraná. Através de uma pesquisa feita no endereço eletrônico do referido conselho

profissional no dia 01 de abril de 2021, foi identificado que existem 53 Cirurgiões-Dentistas com registro nesta especialidade. Esse dado é importante, pois através dele foi possível delimitar o tamanho da amostra necessária para viabilizar o estudo. O tamanho da amostra foi calculado usando o método de Walters (2004), com a suposição de uma distribuição relativamente normal da amostra.

A ferramenta de coleta de dados utilizada foi um questionário estruturado denominado “responsabilidade civil do cirurgião-dentista”, que foi enviado aos participantes do estudo, junto com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O referido questionário continha 5 perguntas fechadas e uma aberta, além do sexo e idade dos participantes, com objetivo de obter resposta para os seguintes questionamentos:

- Você tem conhecimento a cerca das leis que regem a responsabilidade civil?
- Você realiza contrato de prestações de serviços dos procedimentos de harmonização orofacial de forma escrita, contendo todas as informações pertinentes ao tratamento elencando os possíveis riscos e benefícios?
- Você já foi alvo de processo judicial devido a intercorrências referentes a procedimentos de harmonização orofacial?
- Você já realizou algum acordo extrajudicial cuja origem estava relacionada com procedimentos de harmonização orofacial?
- Com base em sua experiência profissional, aponte qual o procedimento estético de harmonização orofacial causa maior número de intercorrência?

Os questionários foram criados na plataforma Google Forms e o link de acesso distribuídos via e-mail no dia 10 de abril de 2021 e os profissionais tiveram até o dia 16 de abril de 2021 para responderem, resposta enviadas após esta data não foram consideradas. De posse dos dados informados pelos Cirurgiões-Dentistas, estes foram tabulados em planilhas e realizado tratamentos estatísticos através do Software SPSS com intuito de

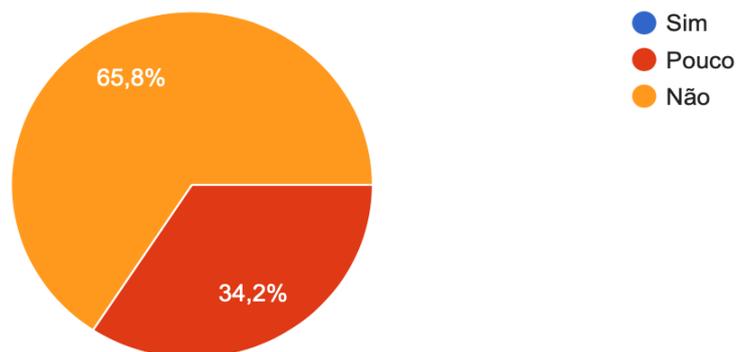
verificar comparações, inferências e correlações. O nível de significância adotado foi de 5%. Os resultados foram apresentados em forma de gráficos.

### 3. Resultados

Dentre os 53 profissionais Cirurgiões-Dentistas com registro de especialidade em Harmonização Orofacial no Conselho Regional de Odontologia do Paraná, 38 responderam o questionário. Sendo 20 (53,6%) do sexo masculino e 18 (47,4%) do sexo feminino. A idade média dos participantes deste estudo foi de 33,3 anos.

Do total da amostra, 25 (65,8%) Cirurgiões-Dentistas relataram que não possuem conhecimento das leis que regem a responsabilidade civil, 13 (34,2%) que conhecem pouco e nenhum participante relatou conhecê-las.

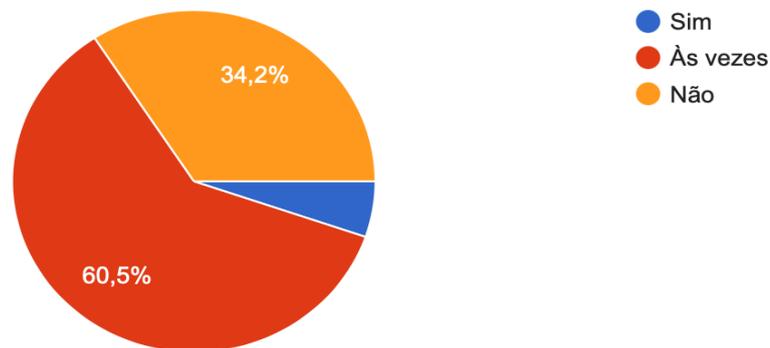
**Figura 1.** Frequência do conhecimento dos participantes acerca das leis que regem a responsabilidade civil.



Quando perguntados se realizam contrato de prestações de serviço dos procedimentos de harmonização orofacial de forma escrita, com informações do

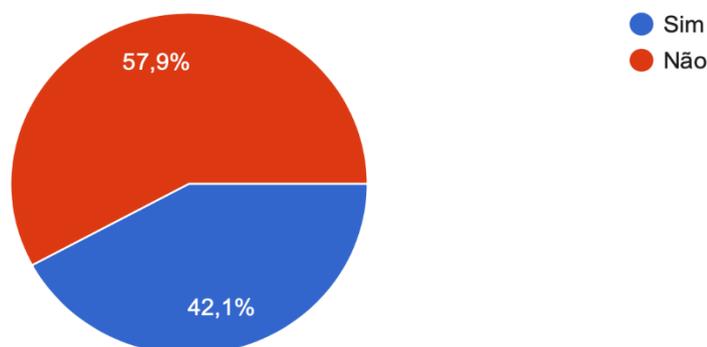
tratamento, contendo possíveis riscos e benefícios, 23 (60,5%) Cirurgiões-Dentistas relataram não fazer, 13 (34,2%) que o fazem às vezes e 2 (5,3%) que fazem sempre.

**Figura 2.** Frequência da realização de contrato de prestações de serviços dos procedimentos de harmonização orofacial de forma escrita.



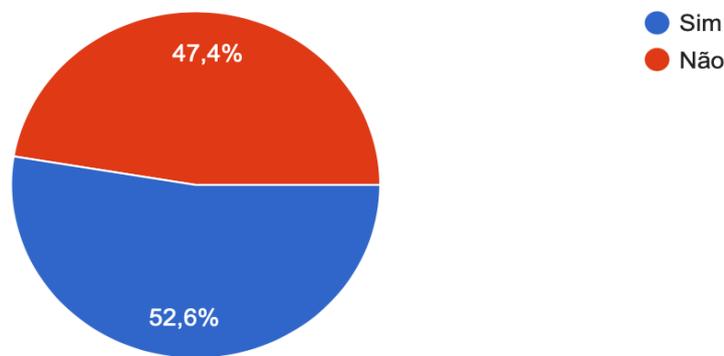
Quando indagados sobre já terem sido alvo de processo judicial devido a intercorrências referentes a procedimentos de harmonização orofacial, 24 (57,9%) dos Cirurgiões-Dentistas responderam que não e 14 (42,1%) que sim.

**Figura 3.** Frequência de participantes que já foram alvo de processo judicial devido a intercorrências referentes a procedimentos de harmonização orofacial.



Em relação à necessidade de realizar algum acordo extrajudicial cuja origem estava relacionada com procedimentos de harmonização orofacial, 20 (52,6%) dos Cirurgiões-Dentistas responderam já terem realizado e 18 (47,4%) que não.

**Figura 4.** Frequência de participantes que já foram alvo de processo judicial devido a intercorrências referentes a procedimentos de harmonização orofacial.



Finalmente, sobre o questionamento de qual o procedimento estético de harmonização orofacial, com base na experiência profissional causou a eles o maior número de intercorrências, o procedimento de rinomodelação foi relatado por 34 (89,4%) dos Cirurgiões-Dentistas, preenchimento com ácido hialurônico por 2 (5,3%) e bichectomia também por 2 (5,3%) Cirurgiões-Dentistas.

#### 4. Discussão

A profissão de Cirurgião-Dentista foi regulamentada pela lei 5081/66 que trata do exercício da odontologia no Brasil. Os Arts. 2º, 3º e 4º do Código de Ética Odontológico, esclarecem que:

Art. 2º. A Odontologia é uma profissão que se exerce em benefício da saúde do ser humano, da coletividade e do meio ambiente, sem discriminação de qualquer forma ou pretexto. Art. 3º. O objetivo de toda a atenção odontológica é a saúde do ser humano. Caberá aos profissionais da Odontologia, como integrantes da equipe de saúde, dirigir ações que visem satisfazer as necessidades de saúde da população e da defesa dos princípios das políticas públicas de saúde e ambientais, que garantam a universalidade de acesso aos serviços de saúde, integralidade da assistência à saúde, preservação da autonomia dos indivíduos, participação da comunidade, hierarquização e descentralização político-administrativa dos serviços de saúde. Art. 4º. A natureza personalíssima da relação paciente/profissional na atividade odontológica visa demonstrar e reafirmar, através do cumprimento dos pressupostos estabelecidos por este Código de Ética, a peculiaridade que reveste a prestação de tais serviços, diversos, portanto, das demais prestações, bem como de atividade mercantil.

A especialidade de Harmonização Orofacial foi recentemente criada através da Resolução-CFO-198/2019. De acordo com o Art. 2º, da referida resolução, compreende-se por Harmonização Orofacial o conjunto de procedimentos realizados pelo profissional Cirurgião-Dentista, dentro dos seus limites de atuação, responsáveis pelo equilíbrio estético e funcional da face.

Este estudo demonstrou que a maioria dos Cirurgiões-Dentistas especialista em Harmonização Orofacial no Paraná, não possuem conhecimento sobre as leis que regem a responsabilidade civil. Trata-se de um dado preocupante, pois de acordo com Garbin et al. (2006), a falta de conhecimento da legislação afeta a elaboração de documentos odontolegais que servirão como prova em um litígio judicial, o que prejudica a defesa do profissional, se mostrado negligente o Cirurgião-Dentista nesse aspecto.

O conhecimento da legislação que normatiza a responsabilidade civil permite o desenvolvimento de um raciocínio lógico com base na esfera judicial, cujo conhecimento

permite mais prevenção e segurança na atuação do profissional de odontologia (LINO JUNIOR et al., 2017).

Antunes et al. (2001), salienta que para a caracterização da responsabilidade civil do Cirurgião-Dentista é necessária a ocorrência concomitante de cinco condições: agente; o ato profissional; ausência de dolo; existência de dano; nexó entre causa e efeito. Além das sanções previstas no Código de Ética Odontológica, o profissional poderá sofrer punições regulamentadas pelo Código Civil, Penal ou pelo Código de Defesa do Consumidor.

O dano pode-se classificar em: emergente, quando acomete um determinado ganho financeiro; de lucros cessantes, quando impossibilita a expansão do patrimônio; moral, quando tem relação com o íntimo do ser humano e não com bens materiais. Todos esses danos podem ser causados pelo exercício da odontologia e o profissional tem o dever de reparar (ANTUNES et al., 2001).

A rinomodelação é um procedimento minimamente invasivo, onde utiliza-se ácido hialurônico para corrigir pequenos defeitos no nariz. De acordo com os participantes deste estudo é a intervenção que mais causa intercorrências, o que corrobora com a literatura no sentido de que a rinomodelação pode causar necrose dos tecidos nasais (FURTADO et al., 2020).

De acordo com França (2003), no Art. 186 do Código Civil houve a inclusão do dano exclusivamente moral, que já estava previsto na Constituição Federal de 1988. A alteração de maior relevância trazida pelo Código Civil que está em vigor em relação ao anterior, é a que trata do parágrafo único do Art. 927, onde o legislador introduziu a responsabilidade objetiva ou teoria de risco, ou seja, a obrigação de reparar o dano, independentemente da culpa. O referido artigo traz somente o nexó de causalidade, não

se discute se o profissional foi negligente, imprudente ou imperito, basta ter atuado e que o resultado tenha sido lesivo, haverá a obrigação de reparar o dano causado.

Já na responsabilidade subjetiva além do dano e o nexos causal deverá também ser comprovada a culpa do agente. Assim sendo, quem causou o dano, restando comprovada a culpa deverá indenizar (DINIZ, 2005).

Segundo Oliveira (2011) e Lima (2012), a responsabilidade civil do Cirurgião-Dentista é subjetiva, onde é exigida a presença de culpa, recaindo o ônus da prova sobre o autor da ação, o que é condizente com o Código de Defesa do Consumidor. Ainda acrescentam Oliveira et al. (2013); Antunes et al. (2001); Kraus e Rocha (2014), que o Cirurgião-Dentista deve ser responsabilizado civilmente quando da existência da culpa, ou seja, quando incorrer em imprudência, negligência, imperícia ou em casos de propaganda enganosa.

Caracteriza-se por obrigação de meio aquela onde o profissional utilizará de todo seu conhecimento e técnica com finalidade de alcançar os objetivos requeridos pelo paciente, porém não possui obrigação de atingi-los. Na obrigação de resultado o profissional deve alcançar o fim proposto. Em ambas as relações, se houver eventual agravo sofrido por imprudência, imperícia ou negligência do Cirurgião-Dentista, este está obrigado a reparar o dano causado (CALVIELLI IN SILVA, 1997).

Rodrigues et al. (2006), afirmam que a relação profissional-paciente é um dos fatores de sucesso do tratamento odontológico, estabelecendo-se um contrato com base na confiança. Porém, a expectativa do paciente torna-se tão grande que pode abalar esta relação. Há falta de conhecimento dos Cirurgiões-Dentistas quanto à responsabilidade profissional dos casos tratados e a como se prevenir de ações judiciais. O Cirurgião-Dentista ao prestar seus serviços gera direitos e deveres tanto para si, quanto para o

paciente. Para os autores, se faz fundamental estabelecer se o Cirurgião-Dentista possui obrigação de meio ou de resultado.

No ano de 1997, Calvielli In Silva esclarece que a responsabilidade jurídica compreende a esfera civil e a penal. O interesse na responsabilidade civil é restabelecer o equilíbrio jurídico afetado ou desfeito pelo ato lesivo, através da reparação do dano causado. O contrato entre profissional e paciente pode ser verbal, e a obrigação contratual pode ser de meio ou de resultado.

Na maioria dos casos, a obrigação contratual é vista pelos juristas como de meio, pois os profissionais da odontologia dependem da resposta biológica de seus pacientes, ou até mesmo de sua colaboração. No entanto, quando presentes aspectos estéticos, essa obrigação ainda é de resultado (CALVIELLI IN SILVA, 1997).

Rodrigues et al. (2006), ainda acrescentam que a obrigação do Cirurgião-Dentista deve ser analisada caso a caso. Nas obrigações de resultado, se o fim planejado não é obtido o Cirurgião-Dentista tem a obrigação do ônus da prova, cabendo a ele provar que agiu corretamente e mesmo assim se deparou com situação imprevisível.

Segundo Lopes et al. (2008), Garbin et al. (2009) e Oliveira (2011), devido aos fatores biológicos e comportamentais do paciente, o profissional não deve ser responsabilizado por situação que independe da sua capacitação profissional, e citam a responsabilidade do Cirurgião-Dentista como obrigação de meio.

Zimmermann et al. in Silva (2011), relata que há grande dificuldade entre os juristas em caracterizar a responsabilidade do profissional, pois não entendem os aspectos técnicos e consideram a resposta biológica como algo previsível.

Para França em 2003, a atividade do profissional não implica em expor o paciente a sofrer um dano, mas sim buscar meios possíveis para corrigir desvios de sanidade física que este paciente já possui. O risco está na doença apresentada pelo paciente e não na

atividade profissional. Mesmo quando há busca pela estética, o paciente busca melhorar o fator psicológico que já o debilita.

O Código Civil obriga a reparação do dano quando das configurações de negligência, imperícia ou imprudência, além de outros três graus de culpa: grave, leve e levíssima, sendo que o grau da culpa terá influência na dosagem do valor indenizatório. Quando se referem às obrigações de meio ou de resultado, que dependendo da especialidade odontológica, esta pode ser considerada tanto de meio quanto de resultado.

Em relação ao contrato de prestação de serviço, a lei não exige que o este seja escrito, sendo válido o acordo verbal que tenha natureza contratual, que uma vez firmado entre as partes, autoriza o contratante a requerer judicialmente o seu cumprimento. Não há previsão legal para o fim do tratamento, porém uma vez estabelecido o prazo, este deve ser respeitado. A responsabilidade civil torna-se mais evidente ao término do tratamento, principalmente se o resultado não for satisfatório ou tiver alguma sequela ou falha cometida. A indenização recai em novo tratamento, além de danos morais (RODRIGUES et al., 2006).

Pode-se observar com esta pesquisa que a maioria dos Cirurgiões-Dentistas não realizam contrato de prestação de serviços. Conforme, Melani e Silva (2006), o ideal é que seja realizado, por escrito, contrato de honorário e plano de tratamento. Paranhos et al. (2011) relatam que o contrato manifesta as condições e limitações do Cirurgião-Dentista como reabilitador, e afirma que a maioria dos profissionais o utiliza por escrito no consultório, o que difere dos resultados obtidos neste estudo.

O contrato de prestações de serviços quando elaborado, deve ser redigido em linguagem clara e objetiva, sem cláusulas abusivas ou tendenciosas, sem termos complicados e excessivamente técnicos (ANTUNES et al., 2001).

Calvielli In Silva (1997), cita também que a publicidade feita pelos profissionais, tais como impressos, propagandas de rádio, jornais e televisão integram o futuro contrato, criando uma obrigação pré-contratual.

O prazo para ingressar com a ação judicial é de três anos, iniciando-se no momento da constatação do dano. Se no decorrer da demanda judicial o Cirurgião-Dentista comprovar a ausência de culpa ou do nexos de causalidade, fica isento do dever indenizatório, no entanto, deve ficar provado que o paciente se comportou inadequadamente, desobedecendo as recomendações ou não compareceu às consultas previamente agendadas. Essas informações devem estar devidamente discriminadas no prontuário odontológico do paciente. Todas as informações devem estar descritas no prontuário do paciente anexado à documentação odontológica pertinente (RODRIGUES et al., 2006).

Independentemente da origem do processo, receber uma notificação é um evento traumático para qualquer profissional, sendo assim este deve imediatamente contatar um advogado, que deve ser capaz de explicar as etapas da ação judicial e dar o suporte legal necessário. Se o processo for a julgamento o profissional pode ficar afastado de suas atividades profissionais por diversas semanas, dependendo da complexidade de cada caso. O profissional deve informar ao advogado se algum incidente desagradável aconteceu no seu consultório logo após o mesmo ter ocorrido, para que, se for necessário, um acordo entre profissional - paciente seja feito antes que se torne um litígio judicial (HAPCOOK, 2006).

A demanda judicial, por sua vez, pode ser originada pela insatisfação pelo serviço prestado ou a alegação de falha no diagnóstico da doença. Registros por escrito, uso de consentimento informado, comunicados em duas vias, diagnóstico e plano de tratamento

bem detalhados, ajudarão na defesa do profissional em uma ação judicial (HAPCOOK, 2006).

Segundo Silva e Malacarne (1999), da revolução francesa seguiu o absolutismo econômico, com o domínio da ideologia capitalista. Até a década de 90 o sistema de responsabilidade civil era baseado no Código Civil Brasileiro, que foi considerado ineficiente por não proteger o consumidor, criando-se assim o Código de Defesa do Consumidor (CDC).

Estabeleceram-se duas partes distintas, resultantes das relações econômicas, uma representada pelo fornecedor e a outra pelo consumidor, surgindo assim a necessidade da criação de mecanismos legais para proteger a parte economicamente mais fraca, o consumidor. A responsabilidade civil do Cirurgião-Dentista estipulada pelo CDC, é considerada subjetiva, baseada na culpa, sendo suas 3 modalidades: negligência, imprudência e imperícia. Com o CDC, a inversão do ônus da prova a favor do paciente pode ocorrer ao arbítrio do Juiz, em casos de hipossuficiência (SILVA e MALACARNE,1999).

No que tange a responsabilidade pessoal dos profissionais liberais, onde se enquadram os Cirurgiões-Dentistas, vejamos o Art. 14 §4º do Código de Defesa do Consumidor:

Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

[...]

§ 4º A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa.

Desta forma deve o profissional se organizar criteriosamente quanto à documentação referente aos seus pacientes. Não existe produto ou serviço totalmente seguro, desta forma sendo a periculosidade inerente a esta área. É dever do profissional informar a periculosidade existente, principalmente em casos que envolvam estética (SILVA e MALACARNE,1999).

O CDC ampara o consumidor a partir do momento em que este tenha consciência que o produto adquirido não está de acordo com a expectativa gerada pelo profissional, através de sua propaganda (SILVA e MALACARNE,1999).

Evidenciou-se com este estudo que uma parte considerável dos Cirurgiões-Dentista (42,1%) já foram alvo de processos judiciais devido a intercorrências nos procedimentos de harmonização orofacial, e que a maioria dos profissionais já realizaram acordo extrajudicial. De acordo com Saliba et al. (2006), o Cirurgião-Dentista tornou-se alvo de litígios judiciais devido às expectativas dos seus pacientes que nem sempre podem ser atingidas. Assim para que o profissional se precavenha, este deverá antes do início do tratamento, deixar claro para seu paciente os riscos e limitações da terapêutica. O paciente busca o CDC para ressarcimento monetário por resultados adversos, seja ele malfadado, ou culposo do Cirurgião-Dentista, onde este torna-se prestador de serviço e o paciente o consumidor.

De acordo com o Código de Processo Civil (2015), cabe ao autor o ônus de provar o fato alegado, porém no CDC, o consumidor goza do benefício da inversão do ônus da prova, o que faz com o que o profissional tenha que provar que seu ato seguiu todos os princípios da arte odontológica. Não há consenso entre juristas e legisladores se a obrigação do Cirurgião-Dentista é de meio ou de resultado.

O CDC é quem regulamenta as relações de consumo entre paciente e o Cirurgião-Dentista. Com relação aos serviços duráveis realizados pelo Cirurgião-dentista, o

consumidor tem o prazo de 90 dias para queixar-se de problemas aparentes ou de fácil constatação, tendo início o prazo decadencial a partir do término da realização dos serviços de acordo com o CDC, Lei 8078/90, Art. 26, II e §1º, analisemos:

Art. 26. O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em:

[...]

II - Noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis. § 1º Inicia-se a contagem do prazo decadencial a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços.

Se for um defeito decorrente de um procedimento que não seja visível para o paciente, temos o vício oculto, onde é aplicado o mesmo prazo decadencial de noventa dias, entretanto, inicia-se a contagem a partir do momento em que ficar evidenciado o defeito (CDC, Lei 8078/90, Art. 26, §3º), vejamos:

Art. 26. O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em:

[...]

§ 3º Tratando-se de vício oculto, o prazo decadencial inicia-se no momento em que ficar evidenciado o defeito.

Segundo Maciel et al. (2003), é de suma importância citar que o evidenciamento do vício oculto pode ocorrer em qualquer época após o término do tratamento. Para a pretensão à reparação pelos danos causados pelo serviço com defeito, quem sofreu o dano tem um prazo ainda maior, que é de cinco anos, tendo o início da contagem a partir do conhecimento do dano e de sua autoria, conforme previsto no CDC, Lei 8078/90, Art. 27.

## 5. Conclusão

Pode-se concluir que os Cirurgiões-Dentistas especialista em harmonização orofacial com registro no Conselho Regional de Odontologia do estado do Paraná não possuem conhecimento das leis que regem a responsabilidade civil, que na maioria das vezes não realizam contrato de prestação de serviços profissionais, que a maior parte dos profissionais já realizaram acordo extrajudicial devido a problemas com procedimentos de harmonização orofacial, sendo a rinomodelação o procedimento que mais causa intercorrências.

É de suma importância enfatizar que o Cirurgião-Dentista deve se ajustar a prática da realização de contrato de prestação de serviços odontológicos, pois desta maneira estará criando mecanismo que o ajudarão na defesa caso venha a se envolver em um litígio judicial. Outro fato importante a ser observados por estes profissionais deve estar atrelado ao conhecimento básico das leis que regem a responsabilidade civil, pois este conhecimento respaldará a elaboração de documentos odontolegais nos moldes da legislação atual, dificultando sua contestação.

A uma divergência na literatura se a responsabilidade civil do Cirurgião-Dentista é de meio ou de resultado, no entanto, essa responsabilidade de resultado fica mais evidente quando o profissional assegura um resultado para o paciente no ato da contratação dos serviços profissionais e no final do tratamento este não é obtido, gerando conflitos e causando abalo na relação profissional-paciente. Assim sendo, resultados que não se tenham grandes chances de serem obtidos não devem ser garantidos pelo profissional, partindo do princípio de que a odontologia é uma ciência incerta e depende de condições, físicas, biológicas e cooperação do paciente, tal fato deve estar descrito no contrato de prestação de serviços profissionais com anuência do paciente.

## Referências

ANTUNES, F.C. Morais; DARUGE, E.; DARUGE JUNIOR, E. **O Cirurgião-Dentista frente a responsabilidade civil.** Jornal de Assessoria e Prestação de Serviços ao Odontologista. v.24, ano 4, p. 45-51, 2001.

BRASIL. **Código Civil: Lei 10.406/2002.** Inc: Constituição Federal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm). Acesso em: 10 fev. 2021.

BRASIL. **Código de Defesa do Consumidor: lei 8078/1990.** Inc: Constituição Federal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8078.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078.htm). Acesso em: 10 fev. 2021.

BRASIL. **Código Penal: Lei 2848/1940.** Inc: Constituição Federal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm) Acesso em: 10 fev. 2021.

BRASIL. **Código de Processo Civil: Lei 13105/2015.** Inc: Constituição Federal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm). Acesso em: 10 fev. 2021.

BRASIL. Constituição (1965). **Lei no 5081, de 1966. Regula o exercício da odontologia.** Disponível em: <http://cfo.org.br/wp-content/uploads/2009/09/lei5081.pdf> >. Acesso em: 25 mar. 2021.

CAVALCANTI, A. N.; AZEVEDO, J. F.; MATHIAS, P. **Harmonização orofacial: a odontologia além do sorriso.** J Dent Public Health. v. 8, n. 2, p. 35-6, 2017.

CALVIELLI, Ida T.P. **O Código de Defesa do Consumidor e o Cirurgião-Dentista como Prestador de Serviços.** In: SILVA, M. Compêndio de Odontologia Legal. Guanabara Koogan, 1997. Cap. 22, p. 389-97.

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA. **Código de ética odontológica.** Rio de Janeiro: CFO, 2019. Disponível em: <http://www.cropr.org.br/uploads/arquivo/6e78019d4c01c2576de61febb33ff295.pdf> Acesso em 23 de março de 2021.

DIEHL, A. A. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas.** São Paulo:

Prentice Hall, 2004.

DINIZ, M. H. **Curso de Direito Civil brasileiro**, São Paulo, Ed. Saraiva, 2005.

FRANÇA, B.H.S. **A responsabilidade civil do cirurgião dentista no novo código civil**. Revista Clínica de Ortodontia Dental Press. v. 2, n.5, p. 29-30, 2003.

FURTADO, R. D. et al. **Necrose em ponta nasal e lábio superior após rinomodelação com ácido hialurônico – relato de caso**. Aesthetic Orofacial Science, v. 1, n., p. 62-67, 2020.

GARBIN, C.A.S. et al. **O conhecimento do cirurgião-dentista frente à responsabilidade civil da sua especialidade**. Revista da Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas. v.61, n.6, p.458-61, 2007.

GARBIN, A.J.I. et al. **Harmonização orofacial e suas implicações na odontologia**. Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research – BJSCR. v. 27, n. 2, p.116-122, 2019.

GARBIN, C.A.S.; GARBIN, A.J.I.; LELIS, R.T. **Estudo da percepção de cirurgiões-dentistas quanto a natureza da obrigação assumida na prática odontológica**. Revista de Odontologia da UNESP, v.35, n. 2, p. 211-215, 2006.

HAPCOOK, C.P. **Dental malpractice claims. Percentages and procedures**. American Dental Association. v. 137, p. 1444-1445, 2006.

KRAUS, A.C.B.; ROCHA, R.S. **Ortodontia: obrigação de meio ou de resultado?** Revista Naval de Odontologia. v. 41, n.1, 2014.

LIMA, R. B. W. et al. **Levantamento das Jurisprudências de Processos de Responsabilidade Civil Contra Cirurgiões-Dentistas nos Tribunais de Justiça Brasileiros**. Revista Brasileira de Ciências da Saúde. v.16, n.1, p. 49-58, 2012.

LINO JUNIOR, H. L. et al. **Levantamento de processos de responsabilidade civil envolvendo a odontologia na comarca de Londrina, Paraná, Brasil**. Revista Jurídica do Unicuritiba. v. 01, nº. 46, p. 515-531, 2017.

MACIEL S.M.L. et al. **A documentação odontológica e sua importância nas relações de consumo: Um estudo em Campina Grande-PB**. Pesq Bras Odontoped Clin Integr 2003.

LOPES, E.F. et al. **Ortodontia como atividade de meio ou resultado?** Revista Dental Press de Ortodontia e Ortopedia Facial. v.13, n. 6, p. 38-42, 2008.

OLIVEIRA, N.M.R.; OLIVEIRA, M.T.; FURTADO, A. **Análise da natureza da responsabilidade civil do ortodontista e seu impacto na prática da especialidade.** Revista Brasileira de Odontologia. v. 68, n.2, p.260-3, 2011.

OLIVEIRA, T.F.L. et al. **Responsabilidade civil em odontologia- uma visão por profissionais da área jurídica.** Odontologia Clínico-Científica. v.12, n.4, p.261-64, 2013.

PARANHOS, L.R. et al. **Avaliação do perfil dos profissionais da área de Ortodontia quanto às condutas legais.** Dental Press Journal of Orthodontics. v.16, n.5, p.127-34, 2011.

PAPAZIAN, M.F. et al. **Principais aspectos dos preenchedores faciais.** Revsita Faipe v. 8, n. 1, p. 101-116, 2018.

PEDRIN, I.G. **Considerações ético-legais sobre a aplicação de toxina botulínica pelo cirurgião-dentista.** Odontol. Clín.-Cient. (Online) vol.14 n.4, 2015.

**Resolução CFO nº 189, de 29 de janeiro de 2019.** Disponível em: <http://sistemas.cfo.org.br/visualizar/atos/RESOLUÇÃO/SEC/2019/198>. Acesso em 30 de março de 2021.

RODRIGUES, C.K. et al. **Responsabilidade civil do Ortodontista.** Revista Dental Press de Ortodontia e Ortopedia facial. v.11, n. 2, p. 120-127, 2006.

RODRIGUES, L. G. et al. **Harmonização orofacial: análise do conhecimento dos Cirurgiões-Dentistas sobre os riscos clínicos e aspectos legais e éticos na prática da rinomodelação e bichectomia.** Research, Society and Development, v. 10, n. 2, p. e0610212246, 2021.

SALIBA J.H.M. et al. **Cirurgião-Dentista e o conhecimento acerca das normas éticas e legais de elaboração e manutenção da documentação odontológica.** Revista Brasileira de Radiologia Odontológica. v. 7, n. 2, p. 139-145, 2006.

SILVA, A; MALACARNE, G.B. **Responsabilidade civil do cirurgião-dentista perante o código de defesa do consumidor.** Jornal Brasileiro de Ortodontia e Ortopedia Facial. ano 4, n.22, p.305-10, 1999.

WALTERS S. J. **Sample size and power estimation for studies with health related quality of life outcomes: a comparison of four methods using the SF-36.** Health Qual Life Out. V. 2, n. 1, p. 26, 2004.

ZIMMERMANN, R.D.; PAULA, F.J; SILVA, M. Responsabilidade profissional do Cirurgião-Dentista. In: SILVA, M.; ZIMMERMANN, R.D.; PAULA, F.J. **Deontologia Odontológica- Ética e Legislação.** 1.ed. Editora Santos, 2011. cap. 6, p. 109-18.

## Anexos

### 1. QUESTIONÁRIO

1) Você tem conhecimento a cerca das leis que regem a responsabilidade civil?

Sim  Pouco  Não

2) Você realiza contrato de prestações de serviços dos procedimentos de harmonização orofacial de forma escrita, contendo todas as informações pertinentes ao tratamento elencando os possíveis riscos e benefícios?

Sim  Às vezes  Não

3) Você já foi alvo de processo judicial devido a intercorrências referentes a procedimentos de harmonização orofacial?

Sim  Não

4) Você já realizou algum acordo extrajudicial cuja origem estava relacionada com procedimentos de harmonização orofacial?

Sim  Não

5) Com base em sua experiência profissional, aponte qual o procedimento estético de harmonização orofacial causa maior número de intercorrência?

---

---

## 2. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar do estudo **“RESPONSABILIDADE CIVIL DO CIRURGIÃO-DENTISTA FRENTE AOS DANOS CAUSADOS EM PROCEDIMENTOS ESTÉTICOS DE HARMONIZAÇÃO OROFACIAL”**, que tem como objetivos: O objetivo deste será avaliar o nível de conhecimento do profissional Cirurgião-Dentista que possui registro de especialidade em Harmonização Orofacial junto ao Conselho Regional de odontologia do Paraná, a cerca da responsabilidade civil, frente aos danos causados em procedimentos estéticos. A população estudada serão Cirurgiões-Dentistas que possuem registro de especialidade em Harmonização Orofacial junto ao Conselho Regional de Odontologia do Paraná.

### **PARTICIPAÇÃO NO ESTUDO**

A sua participação no referido estudo será de resposta de um questionário estrutura contendo 4 perguntas abertas e uma fechada sobre temas relativos a responsabilidade civil.

### **RISCOS E BENEFÍCIOS**

Através deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido você está sendo alertado de que, da pesquisa a se realizar, podemos esperar alguns riscos. Tais como: possibilidade de constrangimento e/ou desconforto ao responder o instrumento de coleta de dados; medo de não saber responder ou de ser identificado; estresse; quebra de sigilo; cansaço ou vergonha ao responder às perguntas; dano e quebra de anonimato. Esta pesquisa apresenta o benefício de conscientização do profissional Cirurgião-Dentista que possui registro de especialidade em Harmonização Orofacial junto ao Conselho Regional de Odontologia do Paraná, da importância das leis que regem a responsabilidade civil, frente aos danos causados em procedimentos estéticos. O crescimento das referidas leis ajudará o profissional na elaboração dos documentos odontolegais que servirão para sua defesa em caso de um litígio judicial.

Rubrica: \_\_\_\_\_

### **SIGILO E PRIVACIDADE**

Nós pesquisadores garantiremos a você que sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, lhe identificar, será mantido em sigilo. Nós pesquisadores nos responsabilizaremos pela guarda e confidencialidade dos dados, bem como a não exposição dos dados de pesquisa.

## **AUTONOMIA**

Nós lhe asseguramos assistência durante toda pesquisa, bem como garantiremos seu livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que você queira saber antes, durante e depois de sua participação. Também informamos que você pode se recusar a participar do estudo, ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e de, por desejar sair da pesquisa, não sofrerá qualquer prejuízo à assistência que vem recebendo.

## **RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO**

No entanto, caso tenha qualquer despesa decorrente da participação nesta pesquisa, tais como transporte, alimentação entre outros, bem como de seu acompanhante, haverá ressarcimento dos valores gastos na forma seguinte: em dinheiro.

De igual maneira, caso ocorra algum dano decorrente de sua participação no estudo, você será devidamente indenizado, conforme determina a lei.

## **CONTATO**

O pesquisador envolvido com o referido projeto é: Leonardo Alexandre Fernandes, e com ele você poderá manter contato pelos telefones: (41) 984481234 e (41) 30132346

O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) é composto por um grupo de pessoas que estão trabalhando para garantir que seus direitos como participante de pesquisa sejam respeitados. Ele tem a obrigação de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de forma ética. Se você achar que

Rubrica: \_\_\_\_\_

a pesquisa não está sendo realizada da forma como você

imaginou ou que está sendo prejudicado de alguma forma, você pode entrar em contato com o

Comitê de Ética em Pesquisa da PUCPR (CEP) pelo telefone (41) 3271-2103 entre segunda e sexta-feira das 08h00 às 17h30 ou pelo e-mail nep@pucpr.br.

## DECLARAÇÃO

Declaro que li e entendi todas as informações presentes neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e tive a oportunidade de discutir as informações deste termo. Todas as minhas perguntas foram respondidas e eu estou satisfeito com as respostas. Entendo que receberei uma via assinada e datada deste documento e que outra via assinada e datada será arquivada nos pelo pesquisador responsável do estudo.

Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

<b>Dados do participante da pesquisa</b>	
Nome:	
Telefone:	
e-mail:	

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante da pesquisa

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador